

Fundamentos para a Reorientação Sindical da CUT (1988 – 2003): algumas variantes explicativas e novas sugestões de resposta

Ednaldo Mendes Sacramento*

Introdução

A análise das resoluções dos congressos da Central Única dos Trabalhadores – CUT a partir da sua criação, no ano de 1983, assim como de outros documentos internos do mesmo período, nos indica que a partir de 1990 esta organização, com destaque para sua fração hegemônica, a Articulação Sindical, vivenciou uma inflexão e passou a estar sob uma nova orientação política a guiar a sua atuação sindical, fenômeno também observado na prática dos seus sindicatos filiados e até mesmo olhando para os novos espaços de atuação desta Central sindical. Também a bibliografia que trata da sua trajetória é unânime quanto à existência de mudanças, variando, no entanto, a percepção do grau destas e, principalmente, quanto às tentativas de respostas no que se refere aos fatores que determinaram estas mudanças.

Este texto pretende discutir um dos aspectos da pesquisa em andamento sobre os fundamentos para a reorientação sindical da CUT, que tenta entender os elementos que determinaram a nova orientação político-sindical para as ações desta Central sindical, a partir do início da década de 1990 que, de uma linha de atuação considerada combativa, defensora dos interesses dos trabalhadores e autônoma em relação ao Estado e ao empresariado nos primeiros anos de sua criação, passou a uma prática sindical considerada por várias de suas correntes internas e por alguns intelectuais que se debruçaram sobre o estudo destas mudanças, como de conciliação de classe. Armando Boito Jr, analisando a conversão do “sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação” em sua obra *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, afirma ter esta organização adotado “uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder” (BOITO JR, 1999:142).

Não existe neste trabalho a pretensão de buscar identificar e analisar o universo das mudanças que se processaram na atuação da Central Única dos Trabalhadores, pois são tantos os aspectos em que é possível acusar mudanças, que até mesmo um *rol* destas, se elaborado de

*Mestrando em História na UEFB – Universidade Estadual de Feira de Santana/BA

forma apressada, certamente revelaria omissões, e se propor a estudar detidamente todas elas pode se tornar tarefa grandiosa que, provavelmente, só será cumprida coletivamente. Antes de qualquer outra questão, é preciso ter claro que, tentar encontrar respostas para a problemática que aqui é apresentada impõe precisar os fundamentos da origem desta organização, assim, buscarei por um lado, a partir de diferentes documentos produzidos pelas diversas correntes políticas no interior da CUT (teses aos congressos, balanço de atuação, artigos em publicações operárias), das resoluções de fóruns da Central, desde a sua fundação até 1994, e da já diversificada produção acadêmica, apresentar o caráter da central sindical que foi construída, destacando seus princípios, formas de atuação, e representatividade alcançada, e por outro, analisar o alcance do seu projeto estratégico, discutindo os conceitos de democracia e de cidadania, atento às formulações que se referem à idéia de superação do capitalismo e construção do socialismo, uma vez que há referências na produção acadêmica que sugere ser a busca da cidadania o horizonte da Central Única dos Trabalhadores.

O texto busca estabelecer um diálogo com os autores que formularam respostas para a questão central presente neste trabalho, que se expressam em diversas variantes explicativas, no âmbito da sociologia política, do trabalho e de historiadores.

CUT: das lutas nasce uma central sindical classista

A Central Única dos Trabalhadores – CUT foi fundada no ano de 1983, no Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, realizado em São Bernardo do Campo – SP. Nesse Congresso estiveram presentes mais de cinco mil delegados da cidade e do campo, representantes de, aproximadamente, 12 milhões de trabalhadores, organizados em 912 entidades sindicais. Este congresso que consolidou o nascimento da CUT foi precedido de uma série de encontros, realizados a partir de 1979, se propondo a construir uma entidade nacional que organizasse a classe trabalhadora brasileira, independente da estrutura sindical oficial (GIANNOTTI, NETO, 1991:9).

A sequência de greves que foram realizadas a partir de 1978, fenômeno já bastante conhecido, se fazia acompanhar de demonstrações da disposição de unificar a classe trabalhadora numa entidade de grau superior. O III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo,

realizado em outubro de 1978, foi um momento importante neste sentido, no qual foi afirmada categoricamente a necessidade dos trabalhadores brasileiros construírem a sua central sindical. “Aos poderosos grupos empresariais, organizados e unidos na defesa de seus interesses comuns, deverá se contrapor a unidade da classe trabalhadora, através de uma central única de trabalhadores de âmbito nacional” (GIANNOTTI, NETO, 1991:29).

Em abril de 1979 foi a vez dos metalúrgicos de São Paulo, através da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM/SP), realizarem seu I Congresso e fazerem o chamado à construção da central. Neste mesmo ano ocorreu em São Paulo o *Encontro Nacional de Oposições Sindicais* (ENOS), cujos objetivos foram assim definidos pela (OSM/SP):

Unificar todas as oposições existentes e todas as diretorias combativas num amplo movimento nacional que organize os trabalhadores de forma independente, expulsando os pelegos de todos os sindicatos, e não respeitando as leis que controlam as atividades sindicais (GIANNOTTI, NETO, 1991:30).

Este encontro significou uma troca de experiências entre as oposições sindicais de categorias que vinham num processo crescente de mobilizações, a exemplo de bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores, trabalhadores da construção civil e lideranças sindicais do campo. Na seqüência das articulações, visando à construção de uma central sindical, ocorreram ao longo do ano de 1980 vários encontros com representantes do movimento sindical e dos movimentos populares em geral, dentre eles o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) e a *Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical* (ANAMPOS), sendo este, para GIANNOTTI “o embrião e ao mesmo tempo a parteira da CUT”. Estariam já nesta articulação colocados os princípios da futura central (GIANNOTTI, NETO, 1991:30-35).

Paralelo à ANAMPOS, sindicalistas influenciados politicamente pelo PCB – Partido Comunista Brasileiro, PCdoB – Partido Comunista do Brasil e grupos menores se reuniram formalmente num bloco sindical e assumiram o nome de Unidade Sindical, com nítidas ligações com a estrutura sindical oficial.¹ Estas organizações são vistas por Antonio OZAI da

¹ Em 1981, às vésperas do CONCLAT, a chapa da oposição metalúrgica disputou as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo contra uma aliança de Joazeiro – PCB – MR-8, tendo o PCdoB decidido concorrer com chapa própria. O PCdoB disputa a direção de um sindicato

SILVA, como organizações que não desenvolvem uma trajetória política coerente, agindo muito em função dos interesses em jogo no momento político. Para ele, a postura destas organizações obedecia à lógica da concepção etapista da revolução brasileira, segundo a qual estaria se processando no Brasil, no final da década de setenta, início de oitenta, uma revolução democrático-nacional-burguesa (OZAI SILVA, 1989:156).

Teve importância decisiva no processo de fundação da CUT, a conferência realizada no ano de 1981, em Praia Grande, na Baixada Santista, SP, também denominada de CONCLAT – 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Um evento que contou com mais de cinco mil participantes – sindicalistas das mais variadas trajetórias políticas, inclusive, alguns setores da Unidade Sindical, trazendo consigo experiências e visões sindicais bem diferenciadas. Após intensos debates sobre qual o caráter da central sindical que se pretendia criar, afirmou-se a concepção de um sindicalismo classista, com ampla participação da base e com autonomia em relação ao Estado. Foi aprovado também um plano de lutas; elegeu-se uma Comissão Nacional (Comissão pró-CUT) encarregada de coordenar a implementação das deliberações e de organizar um congresso nacional da classe trabalhadora para agosto de 1982, quando então, seria fundada a Central Única (ALMEIDA, 2011:113). Profundas divergências impediram a realização deste congresso em 1982 e provocou o rompimento das entidades e dirigentes sindicais ligados à Unidade Sindical, também representada na Comissão pró-CUT, tendo todo este segmento ficado de fora da Central Única dos Trabalhadores, fundada no ano seguinte (GIANNOTTI, NETO, 1991:38). A análise deste episódio contribui para o objetivo de apresentar o caráter da central que foi construída, pois revela os princípios dos quais os sindicalistas que vieram a fundar a CUT não abriram mão.

As discordâncias eram profundas, indo desde as análises de conjuntura até a concepção de central. Para os autores da Tese *Por uma CUT Livre*, apresentada ao CONCLAT – 83 e assim como para os autores de *CUT por dentro e por fora*, “os reformistas defendiam uma política de conciliação de classes e faziam críticas apenas periféricas à estrutura sindical oficial, enquanto os *autênticos* exigiam a total autonomia e independência de organização sindical”.

importante, contra uma chapa dos denominados *combativos* que enfrentava também o PCB em aliança com um sindicalista-interventor, facilitando, assim, a vitória desta composição (OZAI SILVA, 1989:156)

Quanto à proposta de saída para a crise econômica e política, estes defendiam a mobilização e o confronto, colocando assim, em primeiro plano, a ação das massas (POR UMA CUT LIVRE, 1983:4; GIANNOTTI e NETO, 1991:38).

Uma questão que teria polarizado as discordâncias entre estas tendências foi o peso da participação das bases nos fóruns da central a ser construída. O regimento interno do futuro congresso, no seu artigo 8º, garantia aos trabalhadores de uma determinada categoria o direito de convocar a assembléia para a eleição dos delegados, caso a diretoria do sindicato não a convocasse, e então, se apresentarem ao congresso. A *Unidade Sindical* foi contra este dispositivo do regimento, alegando que uma central é composta por entidades.

Este posicionamento da direção dos PC's foi interpretado como valorização das entidades sem levar em conta o caráter destas; entre oposições sindicais consideradas combativas e diretorias de sindicatos, independentemente de suas práticas, optaram por estas últimas. Este não era um detalhe regimental; o conteúdo deste artigo demonstrava o peso que tinham as oposições sindicais para a conformação da central que se pretendia construir, e estava por trás de todo este debate, o posicionamento quanto à liberdade e a autonomia sindical, que se expressava na defesa do fim do imposto sindical, fim da unicidade sindical, e de qualquer ingerência do governo nos sindicatos. Esses pontos tinham a discordância de dirigentes oriundos dos PC's, razão que os levou à recusa da participação no Congresso, ficando de fora da CUT.

Os setores que não participaram do Congresso de São Bernardo e que, portanto, ficaram de fora da CUT, marcaram outro "Conclat" para novembro do mesmo ano, em Praia Grande. Neste evento foi criada uma "Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora" que, em março de 1986, no denominado II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, modificou o seu nome para Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

CUT: de uma central classista, à conciliação

Confirmando a linha política adotada nos debates que antecederam à criação da CUT, o CONCLAT de 1983 aprovou os princípios norteadores das ações da Central Única dos Trabalhadores que podem ser sintetizados em: unidade e independência da classe trabalhadora em relação aos patrões, governos e partidos políticos, negando toda forma de cooperação

entre as classes sociais; luta diária pelos objetivos imediatos e históricos da classe, na perspectiva de construção de uma sociedade sem exploração; direção e orientação das lutas dos trabalhadores, constituindo-se como órgão máximo de sua representação; garantia da mais ampla democracia em todas as suas instâncias, e a busca de mudanças na estrutura sindical de então, com o objetivo de se conquistar a liberdade e a autonomia sindical (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Almanaque da CUT*, 1986: 4-9).

Coerente com estes objetivos e princípios, no 1º Congresso Nacional da CUT - CONCUR, realizado em 1984, foi reafirmada a defesa de uma sociedade sem exploração, definição que é confirmada nos dois Congressos seguintes. No 2º CONCUR (1986) a Central se manifesta claramente pelo socialismo, posição que se mantém no Congresso seguinte (1988) (GIANNOTTI, NETO, 1993:26-27; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - Resoluções 3º CONCUR, 1988: 22).

As resoluções do 2º CONCUR (Congresso Nacional da CUT) realizado em 1986, reafirmadas no 3º Congresso em 1988, consideraram a conquista do poder político como um objetivo legítimo e fundamental para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão. A compreensão era de que as reivindicações imediatas, que poderiam ser econômicas, deveriam se combinar com os objetivos políticos, contribuindo para elevar o nível de consciência de classe dos trabalhadores e assim apontar no rumo da construção de uma sociedade socialista.² Estas passagens indicam o objetivo de várias correntes de caminhar para a construção de uma sociedade que viesse a romper com o capitalismo, e por isto esforçavam-se por criar uma organização com claro conteúdo de classe.

Nas resoluções do 3º CONCUR está reafirmada a concepção de um sindicalismo que não admite a cooperação entre as classes, pelo caráter antagônico de seus interesses. “A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – Resoluções 3º CONCUR, 1988: 15).

² Esta foi uma resolução construída pelo consenso das forças políticas presentes ao II Congresso, já que a Articulação Sindical desde o II Congresso da CUT – Regional Grande São Paulo, realizado em dez./1985, passou a criticar as resoluções que, estariam “partidarizando a CUT”. Este debate foi provocado em virtude da Tese aprovada que se definiu explicitamente pelo socialismo e via a CUT como um dos instrumentos para a consecução deste objetivo. (OZAI, 1989: 216-218)

Coerente com esta visão, no ano de 1989, numa conjuntura avaliada como de grave crise, a direção da Central, após participar de uma reunião com o Governo Sarney e empresários, convidada por estes, na qual se limitou a apresentar uma pauta de reivindicações, rejeitou o convite ao entendimento apresentado pelo governo, pelo caráter daquele fórum e, em seguida, fortaleceu a convocação de uma greve geral, realizada nos dias 14 e 15 de março, considerada um sucesso. O momento seguinte vivenciou a queda do “Plano Verão” representada pela aprovação no Congresso Nacional de uma política salarial avaliada como positiva pelos sindicatos, interrompendo uma longa e crescente política de “arrocho” salarial que vinha sendo aplicada (CADERNO DE TESES AO 4º CONCURTO – Tese 16 – *Construir a CUT: Pela base, com independência e democracia*, 1991: 114). Gelson Rozentino de Almeida, em *História de uma década quase perdida* destaca a importância desta Greve Geral pelos seus resultados concretos, imediatos, e pelo papel que teria cumprido de reafirmar o classismo e a posição de negação do pacto social (ALMEIDA, 2011:156-162).

Diversos episódios nos autorizam afirmar que esta posição política, que obedecia ao princípio da independência de classe, sofreu um revés a partir de 1990, dentre eles o “termo de compromisso” firmado entre a CUT e empresários do PNBE – Pensamento Nacional de Bases empresariais, assinado no mês de abril, já na vigência do Governo Fernando Collor. O próprio documento da CUT, que publicou o teor deste compromisso, reconheceu o seu caráter inédito:

Com esse precedente, de agora em diante será possível estabelecer, dentro de alguns princípios e objetivos comuns, a possibilidade de formular propostas conjuntas no plano político, econômico e nas relações sociais. (CADERNOS DA CUT – *Jurídico e Relações Sindicais*, Nº 4, 1990:12)

Após este episódio, que não ganhou destaque na grande imprensa, o Governo Collor e o empresariado, representado pela FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo passou a, insistentemente, convidar a Direção da CUT a participar de uma série de reuniões, ora chamada de “fórum de negociações”, ora chamada de *pacto social*³ e também de *entendimento nacional*, tanto pelo Governo, quanto pela imprensa e por correntes internas da

³O Pacto social, câmaras tripartites, ou negociações tripartites, são iniciativas que levam à mesa de negociação, representantes dos empresários, dos trabalhadores e do governo, visando a contratação de condições para o desenvolvimento de ações no âmbito da relação capital/trabalho e de aplicação de políticas públicas, normalmente convocado em momentos de graves crises, em que cada um destes segmentos se compromete com iniciativas ou renúncias, visando à sua superação.

Central. As conversas para este “entendimento” tiveram início em junho de 1990, e finalmente no dia 20 de setembro, a maioria da Direção da CUT aprovou a ida àquele fórum.

A decisão de participação do *entendimento nacional* envolveu um intenso debate no interior da CUT, vindo a ser o tema central do debate no 4º CONCUT realizado em 1991. Declarações de dirigentes vinculados à corrente Articulação Sindical expressaram opiniões que podem ser vistas como uma sinalização de mudança na compreensão quanto à adesão a fóruns tripartites. A *Folha de São Paulo*, de 07 de setembro de 1990 atribui a Jair Meneguelli, então Presidente da CUT o seguinte pronunciamento, que o articulista da *Folha*, Lula Marques, considerou uma defesa indireta da participação na comissão do *entendimento*: “É chegada a fase de não dizer apenas não. Temos que continuar dizendo não, mas também dizer sim a certas coisas. Temos que ser mais inteligentes”. (*Folha de São Paulo*, 07.09.1990, s.p.). Em outra declaração atribuída a Jair Meneguelli pelos jornais a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, após a Direção da CUT ter se reunido com Mario Amato, Presidente da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e acordado a elaboração de uma proposta única de trabalhadores e empresários a ser levada à reunião do Fórum nacional de negociações marcada pelo Governo, este teria afirmado que “agora o governo teria com o que se preocupar: pois capital e trabalho juntos seriam uma força que poderia mudar o projeto econômico” (*Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo*, 14.11.1990, s.p.).

A afirmação acima, feita pelo presidente da Central sindical que nasceu negando toda forma de cooperação entre as classes sociais, pode ser entendida como uma declaração de crença na possibilidade de saídas comuns para trabalhadores e empresários, uma evidência de mudanças.

Diversos recortes temporais podem ser estabelecidos para tentarmos perceber o processo de mudanças experimentado pela Central Única dos Trabalhadores, um deles cobre um curtíssimo intervalo, 1988 a 1994, respectivamente, realização do 3º e 5º CONCUT. Nas resoluções do congresso realizado em 1994 desapareceram todas as categorias marxistas de análises; classes dominantes se transformaram em elites, e a estratégia passa a ser “a defesa do crescimento econômico com distribuição de renda”. Podemos também recorrer à análise realizada em 1988, durante o 3º CONCUT, por José Novaes, Vice-Presidente da Região Nordeste da CUT/BA - liderança nacional. Ele publicou suas considerações sobre a Tese 8, na

qual comunica seu desligamento da articulação que a elaborou, e nestas declara que “o caminho que hoje a CUT segue é fruto de um processo de degenerescência de sua proposta inicial (...) e, mais ainda, dos primeiros passos para a sua fundação”.

Após cinco anos de existência da Central, já era percebida por um de seus dirigentes, a sinalização da disposição de se abandonar o propósito inicial, que para ele se revelava na prática do aparelhismo desenvolvida por parte dos dirigentes, em que o apego aos cargos de direção predominava sobre as disputas políticas (DOSSIE SOBRE A ARTICULAÇÃO “POR UMA CUT DE CLASSE E DE LUTA” – Tese 8, III CONCURTO, 1988: 2-7).

Independente do marco que se estabeleça para afirmar a ocorrência de uma profunda mudança na orientação político-sindical da CUT, este é um fenômeno verificável, e faz-se necessário aprofundar o seu estudo pela importância desta organização para o cenário político do país, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. Gelson Rozentino de Almeida cita uma afirmação de Vito Giannotti e Sebastião Neto neste sentido: “Escrever sobre a CUT é atual, necessário e perigoso. Atual porque não se pode vislumbrar saídas para a crise socioeconômica na qual o Brasil está mergulhado sem levar em conta as escolhas da CUT” (ALMEIDA, 2011:105).

Um panorama em torno da pluralidade de interpretações sobre a trajetória da CUT

Em sua obra citada anteriormente, Gelson Rozentino busca fazer a indicação de alguns autores que teriam contribuído com a diversidade de interpretações sobre o processo de formação da Central Única dos Trabalhadores, e sumariamente nos apresenta os principais objetivos das suas obras, sem estabelecer polêmicas com as suas visões. Não é seu propósito tentar explicar as mudanças da CUT, ao contrário, ele busca demonstrar a importância da retomada das lutas sociais a partir de 1978 e o papel cumprido pela CUT, dentre outros atores, para o processo de democratização e organização da sociedade brasileira.

Dentre os autores citados por Rozentino, se fazem presente Vito Giannotti e Sebastião Neto, com suas obras, *CUT por dentro e por fora*, *CUT ontem e hoje*, e *Para onde vai a CUT?* Leôncio Martins Rodrigues, com *CUT: os militantes e a ideologia*; e vale destacar também, Iram Jacome Rodrigues, com *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT* (ALMEIDA,

2011:106-108). Outro autor que estuda a CUT e que é citado por Rozentino ao longo de sua Obra, e tem importância para este texto, é Armando Boito Jr., que vê as dificuldades organizativas desta Central no fato de a estrutura sindical oficial, “incompatível com a liberdade e autonomia sindical por ela defendida, compor a parte mais importante de sua organização interna” (ALMEIDA, 2011:175).

Em *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, quando tenta responder à questão por ele formulada de *Por Que a CUT Mudou?* BOITO Jr., afirma existir duas variantes explicativas, com respostas encaminhadas de modo unilateral. Para ele, o livro *CUT ontem e hoje*, de Vito Giannotti e Sebastião Neto seria representativo da primeira variante explicativa, que considera a ideologia e as decisões da corrente Articulação Sindical o fator explicativo para a estratégia propositiva implantada pela Central na década de 1990. A principal polêmica que BOITO Jr. estabelece com os autores de *CUT ontem e hoje* é quanto à visão destes sobre a concepção da CUT dos anos 1980, que teria uma estratégia sindical norteada por alguns princípios básicos do socialismo, da qual discorda, pois acredita que o “seu horizonte estratégico foi a luta contra a política de desenvolvimento, não contra o capitalismo” (BOITO Jr, 1999:199-200).

A outra variante explicativa para a mudança da CUT consideraria, também de modo unilateral, no outro extremo, as condições objetivas como determinantes para as mudanças processadas. Como representativo desta vertente apresenta o trabalho *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*, de Iram Jácome Rodrigues. Fariam parte da explicação “o desemprego e o aguçamento da concorrência entre as empresas como fatores que imporiam uma prática sindical ‘mais pragmática e menos ideológica’ à CUT”, e a democratização do regime político brasileiro, levando à institucionalização da Central. O sindicalismo que seria a expressão da luta dos trabalhadores pela democracia teria alcançado seu principal objetivo, daí a postura mais moderada nos anos 1990 (BOITO Jr, 1999:200-201).

BOITO Jr. explicita suas discordâncias com Jácome Rodrigues, valendo destacar que para ele, “o novo sindicalismo no seu início teria relutado em assumir as palavras-de-ordem democráticas (...) e que só posteriormente teria assumido parte do programa democrático de luta contra a ditadura militar, mas permaneceu centralmente voltado para a luta pela distribuição de renda pela via da ação sindical” (BOITO Jr, 1999:199-201). A fragmentação

da classe trabalhadora, como elemento básico utilizado para se tentar explicar as dificuldades do sindicalismo, presente em vários trabalhos, também foi refutado pelo autor. Para ele, a heterogeneidade e a fragmentação são características da classe trabalhadora, e por isto não servem para explicar as dificuldades do sindicalismo na atualidade (BOITO Jr, 199:203).⁴

Armando Boito Jr. faz uma rica exposição sobre o processo de implantação da política neoliberal no Brasil e suas consequências para a organização sindical; mostra-se atento aos efeitos da utilização de novas tecnologias e destaca os efeitos da burocratização como elemento que cria obstáculos a uma ação sindical que tenha perspectivas de construção do socialismo, mas para ele, estaria fora da Central a explicação para a sua mudança de orientação. “As dificuldades do movimento sindical e sua tendência à moderação são fenômenos de amplitude internacional (...) a explicação para a mudança da CUT extrapola as fronteiras nacionais (...) o fato mais importante para entender o refluxo e a moderação do movimento sindical é a ofensiva neoliberal (...) um fenômeno internacional e está vinculado a fatores econômicos e políticos” (BOITO Jr, 199:202-204). Para o autor, estaria em refluxo não só a luta sindical, mas também a luta anti-imperialista e, sendo o sindicalismo parte de um todo (o conjunto das relações de classe), seria desse todo que se deveria partir, e não do próprio movimento sindical (BOITO Jr, 199:202-204).

Outros trabalhos buscaram apresentar respostas à mudança de orientação da CUT, e em muitos destes é recorrente a ideia de que o novo caminho percorrido por esta Central seria decorrente da reestruturação produtiva. Paulo Sérgio Tumolo, em *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva*, afirma que “as condições objetivas se constituíram como elemento determinante no referido processo ou, em outras palavras, a atual estratégia da CUT tem sido a resposta política construída pela Central para a realidade presente” (TUMOLO, 2002:131). Na mesma vertente, Glauco Arbix, em *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*, vê como positiva a nova orientação da CUT frente à nova realidade do mundo do trabalho. Entende ainda que a partir das câmaras setoriais o exercício da “plena cidadania” passou a ser

⁴ Boito Jr. não faz referência a um autor específico, mas esta ideia da fragmentação da classe como explicação para as dificuldades do sindicalismo está presente de forma central no trabalho de Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo*.

colocado de forma diferente, pois sindicalistas teriam passado a ser reconhecidos no seu direito de decidir sobre política (ARBIX, 1996:31-32).

Numa linha bem diferente das até aqui apresentadas, Ricardo Antunes, num Artigo publicado em *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos* (1998), do qual é um dos organizadores, dá bastante atenção à questão do grande salto tecnológico a partir da incorporação da automação e da robótica ao universo fabril, destacando as dificuldades criadas para a atuação sindical; reafirma a permanência da centralidade da categoria Trabalho para a análise das relações sociais, e percebe uma “inflexão” na Cut, o que, para ele, dificultava “um avanço qualitativo na sua atuação, para o que seria necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com a perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas (existentes dos anos iniciais da Cut)” (ANTUNES, 1998:72).

Percebe-se nas formulações de Ricardo Antunes, a importância que é dada às questões objetivas, mas ele vê também elementos que estão ao nível das opções políticas e, diferente de Boito Jr. e Jácome Rodrigues, ele percebe nas elaborações iniciais da CUT o socialismo como horizonte, assim Como Vito Giannotti, Sebastião Neto e Gelson Rozentino, citados.

Necessário se faz, ao considerar que a concepção ideológica de dirigentes pode influenciar decisivamente nas escolhas realizadas, sem atribuir autonomia às ideologias, buscar encontrar os elementos da realidade concreta das lideranças sindicais cutistas que possam manter relação com as mudanças experimentadas pela Organização.

Uma nova sugestão de resposta

O período que estamos estudando coincide com o momento em que se processa a consolidação da redemocratização do país, e que se verifica um impulso na produção acadêmica tendo os trabalhadores como objeto de estudo. Os novos estudos, que estão intimamente ligados à emergência dos movimentos sociais a partir de 1978, revelam uma mudança de postura com a busca da superação do paradigma da passividade e da submissão dos trabalhadores. Multiplicam-se os trabalhos na área das ciências sociais e da História social do trabalho que passam a destacar o papel que teria cumprido os movimentos sociais

em geral e sindical em especial para a volta do país à normalidade democrática. Nestes estudos, a democracia e o acesso à cidadania passam a ser a preocupação central, em que se fazem presente a ideia de “restauração de direitos”, “cidadania plena”, “cidadania coletiva”, frente a um passado em que teria prevalecido a incapacidade para fazer valer a igualdade jurídica formal.⁵

A preocupação com a democracia e o exercício da cidadania é central no trabalho de Iram Jácome Rodrigues, *Sindicalismo e Política, a Trajetória da CUT*, publicado no ano de 1997.⁶ É importante atentar para o título do livro, “A Trajetória da CUT”, e para as duas questões básicas discutidas na obra e explicitadas pelo próprio autor, “a primeira diz respeito ao papel que o sindicalismo desempenhou na luta pela democracia no período e a segunda se refere às dificuldades enfrentadas para a consolidação da democracia em nosso país” (RODRIGUES, 1997:15). Jácome Rodrigues afirma que “o surgimento do movimento operário e sindical no cenário político do país se deu basicamente como expressão de uma luta mais ampla por direitos de cidadania no interior da sociedade” (RODRIGUES, 1997:19). São inúmeras as passagens em que esta compreensão é reafirmada, sendo que numa outra, concordando com José Álvaro Moisés, RODRIGUES diz que “se a classe trabalhadora não tivesse entrado abruptamente no cenário político no final dos anos 70 e por toda a década de 80, talvez a história da transição para a democracia fosse outra” (RODRIGUES, 1997:20). De acordo com a bibliografia já consultada, acredito que existe consenso com esta formulação. A obra de Gelson Rozentino, a que nos referimos se dedica em grande parte a demonstrar este entendimento, no entanto, ressaltar o papel que este movimento cumpriu para a redemocratização não significa que este fosse o limite de seus objetivos, portanto, acredito que seja incorreto sugerir que as mudanças que se verificaram na Central Única dos Trabalhadores tenha sido algo natural, previsível, decorrente do fato de que os objetivos estratégicos estivessem circunscritos à redemocratização e à conquista do direito da cidadania.

⁵ Sobre este processo, ver: SÁDER, E. 1988. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo, Paz e Terra; PAOLI, Maria C. 1989. “Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. In Estudos Avançados, v. 3, n.7.

⁶ Esta obra de Iram Jácome Rodrigues foi publicada no ano de 1997, mas as suas reflexões expõem um limite temporal, cujas referências presentes neste trabalho não ultrapassam o ano de 1993.

Em grande parte deste texto, recorrendo às fontes diretas ou a pesquisadores que estudaram a CUT, procurei demonstrar que esta Central apresentava um perfil anticapitalista, com objetivos estratégicos bem mais amplos que a luta pela cidadania nos seus primeiros anos de existência. Vimos em suas resoluções a definição por combinar as lutas imediatas com a busca por *transformações de fundo da sociedade em direção à democracia e ao socialismo*; também está afirmada *a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social*. Vemos aqui uma clara definição de objetivos; as elaborações não se limitam à democracia política; a noção de democracia que aparece aqui é a da igualdade, diferente da idéia liberal da igualdade jurídica formal, que independe do status econômico dos indivíduos.

Ellen Wood nos ensina, em *Democracia contra Capitalismo* que, “na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas” (WOOD,2003:173). A democracia formal deixa intacta a exploração de classe, pois, para ela, houve um deslocamento do centro de poder, do senhorio para a propriedade privada, assim, os trabalhadores estão sujeitos a pressões econômicas, independentes de sua condição política; estão sujeitos ao poder do capital (WOOD, 2003:180). Percebo nas formulações iniciais da CUT a disposição de perseguir esta igualdade econômica como objetivo estratégico, embora tenha sido posteriormente abandonado.

Também a formulação de Armando Boito Jr. se choca com o entendimento demonstrado neste texto, pois, como apresentado anteriormente, para ele, o horizonte estratégico da CUT “foi a luta contra a política de desenvolvimento, não contra o capitalismo”, como aqui está sugerido.

As resoluções do 3º CONCUR, realizado no ano de 1988, na sua “Análise da Conjuntura Atual e as Tarefas da CUT” identificam uma situação de grave crise econômica a nível mundial, com perspectiva de agravamento e “efeitos devastadores para os países do chamado Terceiro Mundo e para a classe trabalhadora a nível internacional”. A consequência que é tirada desta constatação é a de que “as reivindicações sindicais tendem a se transformar em demandas que se defrontam com toda a lógica imposta pelo capital transnacional (...) esse quadro abre enormes tarefas políticas para os trabalhadores que, ao impulsionarem suas reivindicações e sua organização, confrontam-se diretamente com o sistema de dominação no

interior de seus próprios países e na esfera mundial”. Também é reafirmada a negação ao *pacto social*, e no ano seguinte a CUT se coloca à frente de uma Greve Geral contra o Governo (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – Resoluções 3º CONCUR, 1988:5-15). É na Tese da Articulação Sindical, apresentada ao 4º CONCUR, realizado no ano de 1991, que aparecem as formulações que incorporam a cidadania e a alternativa do desenvolvimento com distribuição de renda, como eixos centrais da sua estratégia:

Avançar na articulação com os setores democráticos e populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda. Neste sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como o direito à cidadania. (TESE 13 – *Avançar, consolidar e vencer*, 1991:13).

Com base no que foi visto até aqui se poderia argumentar que o peso político dos segmentos revolucionários e a necessidade de certa unidade no interior da CUT, mesmo que conflitiva, que permitisse o avanço em sua consolidação como Central sindical nacional, teriam garantido resoluções com um perfil mais classista e anticapitalista, abandonado pela corrente majoritária quando da sua consolidação na direção da entidade e esta já se tornara a maior central sindical do país, mas trilhar por este caminho seria negar que a Articulação tenha experimentado uma reviravolta teórica e programática, fenômeno já amplamente demonstrado por Eurelino Coelho, na sua obra *Uma esquerda para o capital*.⁷

Concordando com Boito Jr. quando sugere que é preciso considerar o conjunto das relações sociais para se buscar uma resposta para o fenômeno ora estudado, e exatamente por isto, atento à idéia da totalidade, sem me ater *a priori* sobre uma dimensão da realidade como determinante, sem olhar apenas para os efeitos da implantação do neoliberalismo no Brasil, e no mundo, busco explicar as mudanças no sindicalismo cutista “olhando” não só para as transformações ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes das novas formas de gestão e organização das empresas e da produção, e incorporação de novas tecnologias que se convencionou chamar de reestruturação produtiva, elemento central em vários estudos envolvendo as mudanças no sindicalismo, pois considero que a forma de enfrentar situações

⁷ Em *Uma esquerda para o capital*: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998), Eurelino Coelho faz uma ampla exposição teórica, sustentada em vasta pesquisa documental, visando demonstrar a amplitude de mudanças que se processaram nas correntes dirigentes do PT. E nós sabemos da profunda identidade que existe entre estas duas organizações: a CUT e o PT.

objetivas está situada no campo das opções políticas, e que a concepção ideológica de dirigentes pode influenciar decisivamente nas escolhas realizadas, do contrário seria cair no determinismo das relações econômicas. Por outro lado, o outro extremo seria tentar explicar a reorientação sindical da CUT unicamente como decorrente das ideologias como se a dimensão política fosse portadora de autonomia, assim, busco considerar e analisar os elementos sugeridos como determinantes para as mudanças observadas na Central Única dos Trabalhadores e, na linha sugerida por Antonio Gramsci, a das determinações recíprocas, considero indispensável olhar para as ações dos sujeitos, aí entendido as dos dirigentes da Central e de sindicatos filiados, tentando encontrar elementos da realidade concreta destes que possam manter relação com as mudanças experimentadas pela Organização, por exemplo, os novos lugares ocupados e funções assumidas por parte dos dirigentes desta Central sindical.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida – PT, CUT e Democracia no Brasil: 1979 – 1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro*. In: *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editora, 1998.

ARBIX, Glauco Antonio. *Uma Aposta no Futuro: Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Sritta, 1996.

BOITO, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo No Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda, 1999.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: Da Ruptura com a Lógica da Diferença À Sustentação da Ordem*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GIANNOTTI, Vito e **NETO**, Sebastião. *CUT por dentro e por fora*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, S.P.: Editora Página Aberta LTDA, 1993.

PAOLI, Maria C. 1989. *Trabalhadores e cidadania*. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. In *Estudos Avançados*, v. 3, n.7.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, SP: Scrita, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1999.

SÁDER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Antonio Ozai da. *Historia das Tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2^a ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editora, 1989.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1^a ed. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 2003.